



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

231

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0285212-8

COMARCA: Jaboatão dos Guararapes

APELANTE: Lismar Ltda.

APELADO: Município de Jaboatão dos Guararapes (Fazenda Municipal)

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INCIDÊNCIA, NO CASO, DA SÚMULA Nº 106/STJ. RECURSO IMPROVIDO. **1.** Na espécie, discute-se a aplicabilidade, ou não, da orientação contida na Súmula nº 106/STJ, de sorte que o deslinde da causa depende da análise, *in concreto*, dos atos praticados no processo, a fim de que se possa decidir se a demora na citação ocorreu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça ou se, por outro lado, a exequente deu causa à paralisação processual, conforme sustenta a apelante. **2.** Neste caso, a sentença impugnada bem retrata o andamento da execução fiscal em apreço, chegando à acertada conclusão de que a demora na citação deveu-se ao próprio Judiciário, cujo teor (do ato sentencial) ora se adota como razões de decidir. **3.** *A latere*, revela-se insubsistente a tese recursal de que o exequente teria contribuído para a demora na citação por, supostamente, não ter indicado corretamente o endereço da parte executada. **4.** A propósito, vale lembrar que a questão atinente à legitimidade passiva encontra-se superada, porquanto não devolvida à apreciação deste Tribunal, tendo a magistrada sentenciante consignado que a embargante deveria *"demonstrar a modificação da titularidade do imóvel, que se daria mediante comprovação do registro de sua transferência, o que, in casu, não ocorreu"*. **5.** Diante desse panorama, e tratando-se de IPTU (imposto vinculado a institutos de direito real), não há razão para repreender o Município exequente por apontar a localização do imóvel como sendo o endereço da parte executada. **6.** Apelo improvido, à unanimidade dos votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0285212-8, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de Junho de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0285212-8

COMARCA: Jaboatão dos Guararapes

APELANTE: Lismar Ltda.

APELADO: Município de Jaboatão dos Guararapes (Fazenda Municipal)

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face da sentença adiante ementada, proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, nos autos dos **Embargos à Execução Fiscal** NPU 0047182-46.2011.8.17.0810 (fls. 165/168v):

“EMENTA: PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. CONTRATO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. LEGITIMIDADE PASSIVA DO POSSUIDOR (PROMITENTE COMPRADOR) E DO PROPRIETÁRIO (PROMITENTE VENDEDOR). ART.130 E 34, DO CTN. PRESCRIÇÃO PARCIAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. EXERCÍCIO 1999. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 106, STJ. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO.”

Inconformada, a recorrente sustenta, em suma, que “a invocação da Súmula n.º 106 do Superior Tribunal de Justiça para justificar a demora na citação da Apelante não merece acolhimento, uma vez que a própria Fazenda Pública contribuiu, de forma direta, para que fosse atingida a prescrição intercorrente, isso porque o ente fazendário propôs a ação informando o endereço equivocado da Apelante e não ocorreu, como se verifica da análise dos autos, nenhuma das causas interruptivas da prescrição” (fl. 190). Nessa direção, pede o provimento do apelo para que seja parcialmente reformada a sentença combatida, declarando-se prescritos os créditos fiscais relativos aos anos de 2000 e 2001.

Contra-razões às fls. 196/220, pela manutenção do *decisum* vergastado.

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 03 de junho de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
 Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

232

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0285212-8
COMARCA: Jaboatão dos Guararapes
APELANTE: Lismar Ltda.
APELADO: Município de Jaboatão dos Guararapes (Fazenda Municipal)
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

No caso, discute-se a aplicabilidade, ou não, da orientação contida na Súmula nº 106/STJ relativamente à verificação da prescrição da pretensão executiva.

Assim, vê-se que o deslinde da causa depende da análise, *in concreto*, dos atos praticados no processo, a fim de que se possa decidir se a demora na citação ocorreu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça ou se, por outro lado, a exequente deu causa à paralisação processual, conforme sustenta a apelante.

Pois bem. Na espécie, tenho que a sentença impugnada bem retrata o andamento da execução fiscal em apreço, chegando à acertada conclusão de que a demora na citação deveu-se ao próprio Judiciário, destacando-se as seguintes passagens do ato sentencial, cujo teor adoto como razões de decidir:

“(…) No que tange ao crédito fiscal relativo aos exercícios 2000 e 2001, registro que, na data em que foi ordenada a citação do executado (fl.05 da execução), não estava em vigor a LC nº. 118, de 09 de fevereiro de 2005, o que, em tese, atrairia a aplicação da regra segundo a qual apenas a citação pessoal do executado teria o condão de operar a interrupção da prescrição.

Entretanto, na hipótese dos autos, observo que a propositura da ação foi realizada tempestivamente pelo exequente, em 06/07/2004 e a citação só restou efetivada em 01/09/2008 (fl.36 da execução) por motivo não imputável ao exequente, tendo a demora na sua concretização, decorrido da inércia da máquina judiciária.

Explico. O despacho inaugural positivo apenas foi exarado em 16/05/2005. Por seu turno, as tentativas de citação da executada realizadas, primeiramente, por carta (08/12/2006 – fl.06) e, posteriormente, por mandado (07/03/2007 – fls.11/12), restaram inexitosas, porquanto a executada não foi localizada no endereço. Em ato sucessivo, o exequente pugnou pela realização de citação por edital, em 26/07/2007 (fl.17) o que foi indeferido fl.18. O exequente pugnou pela reconsideração do despacho, em 21/09/2007 (fl.21), não logrando melhor sorte. Após diligências, o exequente indicou novo endereço da executada, em 16/04/2008 (fl.29), tendo sido efetivada a citação desta em 03/09/2008, pelo comparecimento espontâneo aos autos.

A sucessão de atos praticados pelo exequente demonstra que não houve inércia da Fazenda Pública. Na verdade, a execução foi protocolizada antes de consumada a prescrição dos exercícios 2000 e 2001, contudo, a demora na citação decorreu de fato inerente ao mecanismo de funcionamento da justiça. Tal circunstância **determina aplicação do enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência Predominante do STJ:**

‘Sumula nº 106, STJ - Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo



233

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência'.

Nessa esteira, vem decidindo reiteradamente o egrégio STJ, 'o mero transcurso de prazo não é causa bastante para que seja reconhecida a prescrição intercorrente, se a culpa pela paralisação do processo executivo não pode ser imputada ao credor exequente' (REsp 670.350/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 08.03.2005, DJ 23.05.2005 p. 230).

Do mesmo modo, 'quando os autores praticam todos os atos necessários para que seja a citação feita, não podem ser, por culpa da máquina judiciária, penalizados com a prescrição, na moldura da súm. 106, sendo desnecessário, na linha de precedentes da Corte, o requerimento de prorrogação a que se refere o art. 219, par. 3º, do CPC' (REsp 12.229/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12.08.1996, DJ 17.03.1997 p. 7495).

No mesmo sentido: 'a demora no cumprimento de mandado judicial, se imputável ao oficial de justiça, afasta a idéia da prescrição intercorrente, que supõe a inércia do credor. Recurso especial conhecido e provido' (REsp 99.122/PR, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 15.09.1998, DJ 06.12.1999 p. 76).

Em resumo, se é verdade que antes da entrada em vigor da Lei Complementar nº. 118/05, somente a citação válida do devedor tinha o efeito de interromper o quinquênio prescricional, não é menos correto afirmar que, se a demora na sua efetivação deu-se por motivos inerentes ao mecanismo judiciário, não se deve decretar a prescrição. (...) Os destaques constam do original, cf. fls. 165/168v.

Estou de acordo com esse entendimento, o qual, por sua vez, está alinhado à jurisprudência predominante sobre o tema, revelando-se insubsistente a tese recursal de que o exequente teria contribuído para a demora na citação por, supostamente, não ter indicado corretamente o endereço da parte executada.


A propósito, vale lembrar que a questão atinente à legitimidade passiva encontra-se superada, porquanto não devolvida à apreciação deste Tribunal, tendo a magistrada sentenciante consignado que a embargante deveria "*demonstrar a modificação da titularidade do imóvel, que se daria mediante comprovação do registro de sua transferência, o que, in casu, não ocorreu*".

Diante desse panorama, e tratando-se de IPTU (imposto vinculado a institutos de direito real), não há razão para repreender o Município exequente por apontar a localização do imóvel como sendo o endereço da parte executada.

Ante o exposto, **nego provimento ao apelo.**

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator